

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

N.º 011/2021

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PARTE I – PREÂMBULO

01. REGÊNCIA LEGAL:

Esta licitação obedecerá às disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, da Lei Complementar nº 123/06, dos Decretos Estaduais nºs 18.470 e 18.471/2018.

02. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 036.5413.2021.0000438-85

03. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021 – SEM INVERSÃO DE FASES
(TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021 – PARA EFEITO NO SIMPAS)

04. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

05. OBJETO: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

06. MODO DE DISPUTA: FECHADO

07. DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA: 04 de novembro de 2021, às 10:00hs

7.1. Em razão da reconhecida pandemia do Covid-19 e em atendimento às recomendações dos profissionais da saúde e das autoridades governamentais, a(s) sessão (ões) presencial (is) deste certame ocorrerá(ão) por videoconferência, a ser realizadas através do Microsoft Teams, que é uma ferramenta de colaboração corporativa pertencente à plataforma Office 365.

7.2. O acesso aos procedimentos para uso da ferramenta pelos licitantes será feito pelo endereço eletrônico <https://comprasnet.ba.gov.br/content/sessão-virtual>.

7.3. Os licitantes interessados em participar do certame deverão encaminhar os Envelopes de proposta e habilitação, lacrados, na forma descrita no instrumento convocatório, via Correios ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital.

7.4. Os Envelopes: A - Proposta de Preços e B - Habilitação – deverá ser endereçado com aviso de recebimento para a Comissão de Licitação e encaminhado ao endereço: Avenida Quarta, nº 460 – Centro Administrativo da Bahia. Salvador – Bahia CEP. 41.745.002.

7.5. O horário limite para recebimento dos Envelopes será até às 10h00min horas, do dia 04 de novembro de 2021

08. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo neste instrumento será considerado o horário de Brasília.

09. LOCAL PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS

Cia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM - Avenida Quarta, nº 460 – Centro Administrativo da Bahia. Paralela – Salvador Bahia – CEP: 41.745-002

10. REGIME DE EXECUÇÃO

Serviço com empreitada por preço global.

11. RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são:

Unidade Orçamentária: 15.501 - Unidade Gestora: 0001 – Função: 22 – Sub-Função: 122 – Programa: 315 – Região de Planejamento: 7800 - Ação: 7851 - Produto: 0163 - Elemento de Despesa: 33.90.39.00 - Destinação de Recurso: 213

12. EXAME PRÉVIO DA MINUTA E APROVAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA:

Examinado pela Assessoria Jurídica conforme Parecer ASJUR datado de 05 de outubro de 2021.

13. SETOR RESPONSÁVEL PELA EXPEDIÇÃO DO CONVOCATÓRIO E MEIO DE CONTATO

Comissão Permanente de Licitação - COPEL
Chefe: Empregada Pública Adelaide Silva dos Santos Bastos
Matrícula: 36.00.1303-2
Portaria nº 009/2020

14. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações e esclarecimentos necessários para o perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser obtidos no endereço eletrônico: copel@cbpm.ba.gov.br ou pelos Tels. (071) 3115-7493, 3115-7589; Horários: 8:00 às 12:00hs e de 13:00 às 17:00hs.

PARTE II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

01. Ao apresentar a sua Proposta, o licitante declara tacitamente que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

02. O licitante que se enquadre como **MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** e queira utilizar-se do tratamento diferenciado destinado a essas pessoas jurídicas, contemplado pela Lei Complementar nº 123/2006, deve apresentar dentro do Envelope B – Habilitação declaração, conforme **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, sob pena de não o fazendo, renunciar a tal tratamento.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

03. O licitante será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou pelos seus representantes.

04. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

05. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade de economia mista a empresa:

- a)** cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- b)** suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- c)** declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d)** constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e)** cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f)** constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g)** cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h)** que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- i)** que tenha o próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- j)** que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista; empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada;
- k)** cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

06. Não será permitida a participação de licitante com mais de uma proposta.

PARTE III - DO CREDENCIAMENTO

01. Reputa-se credenciada a pessoa física regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

02. O credenciamento de sócios far-se-á através da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, e no caso das sociedades por ações, acompanhado do documento de eleição e posse dos administradores.

03. O credenciamento de mandatários far-se-á mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular que contenha, preferencialmente, o conteúdo constante do modelo do **ANEXO III**, devendo ser exibida, no caso de procuração particular, a prova da legitimidade de quem outorgou os poderes.

04. O credenciamento por procuração (instrumento particular ou procuração pública) deverá conferir amplos poderes ao procurador para o **fim específico de representar a licitante na presente Licitação**.

05. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

06. Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticada.

PARTE IV – DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE HABILITAÇÃO

01. QUANTO À FORMA E VALIDADE

01.1. Os documentos da proposta de preços e da habilitação deverão estar dispostos ordenadamente, contidos em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, indevassados, os quais deverão estar rubricados pelo representante legal da empresa, ou por seu mandatário, devendo ser identificados no anverso a razão social da empresa, o número e modalidade e o objeto da licitação, além da expressão, **Envelope A – Proposta de Preços**, ou **Envelope B – Habilitação**.

01.2. A proposta de preços, conforme Modelo – ANEXO II deverá estar em original, digitada apenas no anverso, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nesta última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder.

01.03. Os documentos relativos à habilitação deverão ser apresentados em original, cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original, para que possam ser autenticados pela Comissão.

01.04. As certidões extraídas pela *internet* somente terão validade se confirmada sua autenticidade.

PARTE V – DA PROPOSTA DE PREÇOS

01. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços, de acordo com as exigências constantes do Termo de Referência, em consonância com o modelo do **Anexo I**, assinada e datada, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em 02 (duas) casas decimais. Não serão admitidas propostas alternativas.

02. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

03. A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da proponente, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações contratuais.

04. A proposta de preços terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, a contar da data fixada no **Preâmbulo** para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

05. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, o proponente que assim o fizer.

06. A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

PARTE VI - DA HABILITAÇÃO

01. Certificado de Registro Cadastral-CRC, emitido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia, relativos à habilitação, poderá substituir os documentos de habilitação, conforme os Arts. 58, II da Lei nº 13.303/2016, **exceto os concernentes à Qualificação Técnica**.

01.1. Caso o Extrato do Fornecedor emitido pela SAEB, através do CRC, consigne algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento no envelope de habilitação.

02. HABILITAÇÃO JURÍDICA, comprovada mediante a apresentação de:

- a) de registro público no caso de empresário individual;
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores;
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores;

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

03. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta. Vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. O licitante apresentará, conforme o caso, publicação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial;

b) certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, prevista no Item 06 do preâmbulo, caso o documento não consigne prazo de validade.

c) Demonstração de patrimônio líquido no montante mínimo indicado abaixo, concernente à data de apresentação das propostas, na forma da lei, admitida a sua atualização com base no INPC do IBGE: R\$ 21.900,00 (vinte e um mil e novecentos reais).

3.1 Regularidade Fiscal, mediante a apresentação de:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

f) As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, cumprindo-lhes assinalar a sua condição nos campos correspondentes na **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA**

OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme o modelo do **ANEXO VII** deste instrumento.

3.2 Regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de:

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

04. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, comprovada através de:

a) Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificado pela entidade competente, comprovado mediante a apresentação da respectiva CAT – Certificado de Acervo Técnico, emitida pelo CREA – Conselho Regional Engenharia e Agronomia, comprovando a experiência anterior da Licitante nos serviços pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

b) Os Atestados deverão apresentar os mais expressivos serviços realizados e concluídos pela Proponente, similares em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

c) Os atestados poderão ser apresentados em nome da empresa ou do Responsável Técnico pertencente ao seu quadro permanente, comprovada esta condição mediante apresentação de registro em sua Carteira de Trabalho, ou contrato de trabalho, devidamente acompanhados do registro no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do profissional e da respectiva CAT.

d) Indicação de profissional, **RESPONSÁVEL TÉCNICO** pelos serviços, objeto da presente licitação, com a comprovação de que o mesmo pertence ao quadro permanente da licitante na data de apresentação da proposta e que é detentor de atestado de responsabilidade técnica para execução de serviços com características semelhantes aos licitados, certificados pelo CREA, através de Certidão de Acervo Técnico – CAT.

e) A comprovação de que o profissional pertence ao quadro da empresa deverá ser feita através de uma das seguintes formas: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Contrato de Trabalho registrado na DRT; f) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

f) Certificado de Registro e Quitação da licitante e de seu(s) responsável(eis) Técnico perante o CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, da sua sede.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

g) As licitantes deverão realizar, **obrigatoriamente, vistoria técnica** junto a CBPM, para o devido conhecimento e uniformização de entendimento quanto às condições para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência.

A vistoria deverá ser realizada na CBPM, localizada à Avenida Quarta, Nº 460 CAB, CEP 41.745-002 – Salvador – Bahia.

O agendamento da vistoria deverá ser feito por intermédio do telefone (71) - 3115-7493 e 3115-7469.

PARTE VII – DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

As fases desta licitação serão desenvolvidas na seguinte sequência:

01. FASE INICIAL

1.1. Abertura por fases sucessivas dos Envelopes na seguinte ordem: **Credenciamento - Envelope A - Propostas de Preços**, e o **Envelope B – Habilitação**.

1.2. Na primeira sessão desta licitação, no dia e hora previstos neste Edital, inicialmente, a Comissão apresentará para todos os participantes, na tela do monitor, todos os Envelopes A e B e os documentos recebidos até a data do início da sessão, para a verificação da inviolabilidade dos mesmos.

1.3. Ato contínuo, da mesma forma, serão apresentados os **Credenciamentos** dos representantes legais das licitantes interessadas que serão examinados pela Comissão.

1.4. Nenhuma Proposta será recebida após a data e hora previstas neste Edital.

1.5. Após a verificação da regularidade dos Credenciamentos e de identificação de todos os licitantes participantes do certame, a Comissão procederá a abertura dos **Envelopes A – PROPOSTA DE PREÇOS** e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, com os preços correntes no mercado, fixados pela Administração, por órgão oficial competente ou com os constantes do sistema de registro de preços, quando houver, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis

1.6. A Comissão julgará e classificará as propostas, de acordo com os critérios de avaliação constantes deste ato convocatório.

1.7. Em situação de a proposta vencedora apresentar preços acima dos estimados pela CBPM, a Comissão deverá negociar os preços com objetivo de obtenção de condições mais vantajosas.

1.8. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro permanecer acima do orçado, conforme previsto no Art. 57 e seu §1º da Lei 13.303/2016.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

1.9. Ao final da primeira sessão, se for o caso, os membros da Comissão rubricarão os Envelopes B, lacrados, os quais ficarão sob a guarda da Comissão. No início das demais reuniões, se houver, será verificada a inviolabilidade dos referidos Envelopes.

1.10. A análise e o julgamento a respeito dos elementos de cada Envelope serão efetuados, a critério exclusivo da Comissão, na própria reunião destinada à abertura do respectivo Envelope ou em reunião reservada, sendo, neste caso, determinado dia e hora da próxima reunião, onde serão discutidas as questões porventura levantadas e anunciado o julgamento da Comissão sobre a fase correspondente da licitação.

1.11. Após o transcurso de todas as fases, a Comissão emitirá o resultado final classificatório.

1.12. As licitantes Desclassificadas ou Inabilitadas nesta licitação, mediante expressa solicitação à Comissão, terão os seus demais Envelopes devolvidos lacrados, desde que não tenha havido recurso ou, caso tenha havido, após sua denegação ou renúncia expressa.

1.13. A Comissão reserva-se o direito de exigir das licitantes, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, não aceitando, entretanto, quaisquer dos documentos exigidos neste Edital e não apresentados no momento próprio, nem suplementos estranhos à sua natureza.

1.14. Após a data do recebimento das propostas desta licitação a licitante não poderá impugnar os termos deste Edital, se antes os aceitou sem ressalvas. A impugnação tempestiva, isto é, interposta até 05 (cinco) dias úteis antes da data de recebimento das propostas, não impedirá, entretanto, a participação da licitante neste procedimento.

1.15. Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

02. ABERTURA DOS ENVELOPES B – HABILITAÇÃO

02.1. A Comissão de Licitação conferirá e examinará os documentos de habilitação bem como a autenticidade dos mesmos.

02.2. A Comissão de Licitação emitirá, de logo, extrato do licitante possuidor do Certificado de Registro Cadasral CRC e conferirá a regularidade da documentação exigida neste instrumento.

02.3. A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida neste Edital será inabilitada.

PARTE VIII- DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

01. Será adjudicado e homologado o objeto da licitação à empresa cuja proposta apresente o MENOR VALOR GLOBAL, em conformidade com o tipo de licitação definido no

Preâmbulo, desde que atenda a todos os requisitos exigidos para o pleno atendimento às condições deste Instrumento.

02. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate (Art. 55 da Lei 13.303/2016):

- I - disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;
- III - os critérios estabelecidos no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993;
- IV - sorteio.

PARTE IX – DO QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

01. O questionamento tem por finalidade apenas o esclarecimento de dúvidas a respeito da correta interpretação das cláusulas e regras deste certame licitatório.

02. A impugnação tem por finalidade apontar vício(s) de legalidade presente(s) no certame, devendo conter qualificação, motivação e pedido claros.

03. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a CBPM julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, conforme Art. 87, § 1º da Lei 13.303/2016.

04. A impugnação ao Edital, caso interposta através da internet, deverá ser encaminhada como anexo do e-mail, devidamente assinada e acompanhada de documentos de identificação, do impugnante, e de comprovação se for o caso, sob pena de não conhecimento.

04.1. Se a impugnante for pessoa jurídica, deve ser assinada por representante legal, com a respectiva comprovação dos poderes, sob pena de não conhecimento.

04.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos e providências não têm efeito suspensivo.

04.3. Decairá do direito de impugnar e de pedir esclarecimentos nos termos deste edital perante a Administração da **CBPM** a licitante que não o fizer até o quinto dia útil que anteceder à data prevista para a abertura das Propostas.

04.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, caso seja necessário, será definida e publicada nova data para realização do certame.

PARTE X – DOS RECURSOS

01. Os recursos deverão ser apresentados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos desta fase, aqueles praticados nas fases de classificação de propostas, conforme art. 59, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

02. Aqueles que manifestarem intenção em recorrer, dos atos da administração pública decorrentes da aplicação desta licitação, deverão apresentar suas razões, com fundamentos claros, por uma das formas disciplinadas no item 04 da **PARTE IX - QUESTIONAMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos 05 (cinco) dias úteis subsequentes, independentemente, de intimação ou notificação.

03. Nos cinco dias úteis subsequentes ao termo final do prazo estipulado no item 02 poderão os interessados, independentemente de comunicado oficial, apresentar suas contrarrazões a eventual recurso interposto.

04. É assegurado aos licitantes vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, respeitando-se os termos deste Edital.

05. Caso a Comissão decida pela improcedência do recurso, a questão será apreciada pela Autoridade Competente para Homologar o resultado final, que poderá ratificar ou não a decisão da Comissão, antes da adjudicação.

06. Caso não ratifique a decisão da Comissão, a Autoridade Competente determinará as medidas que julgar cabíveis no caso.

07. No julgamento da habilitação e das propostas, a Comissão poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

08. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09. O recurso não terá efeito suspensivo.

PARTE XI - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

01. Após classificadas as propostas e concluída a fase de habilitação, a autoridade superior competente examinará as vantagens da proposta vencedora, em relação aos objetivos de interesse público colimados pela licitação, homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto contratual ao licitante vencedor, em despacho circunstanciado.

02. Quando à licitação acudir apenas um interessado, poderá ser homologada a licitação e com este celebrado o contrato, desde que esteja comprovado nos autos que o preço proposto é compatível com o de mercado e sejam satisfeitas todas as exigências legais e regulamentares, bem como as especificações do ato convocatório.

PARTE XII – DA CONTRATAÇÃO

01. Para fins de contratação a vencedora deste certame deverá possuir o Certificado de Registro Cadastral – CRC emitido pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB, dentro da validade, conforme Instrução Normativa SAEB nº 008 de 2005, bem como possuir cadastro no SEI – Sistema Eletrônico de Informações do Estado da Bahia.

02. O licitante declarado vencedor, a partir do dia seguinte ao da sua convocação, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para assinar o respectivo contrato, com a possibilidade de prorrogação uma única vez por igual período a critério da CBPM.

03. A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido acarretará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

03.1. A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, sendo facultado à CBPM convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

03.2. Na hipótese da não-contratação da microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

04. Durante a vigência contratual, o contratado deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do instrumento contratual.

05. A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, acréscimos ou supressões sobre o objeto contratual, nos termos do art. 81, §1º, da Lei Federal nº 13.303/16.

06. O prazo de vigência e execução do contrato será estimado em 80 (oitenta) dias, admitida a sua prorrogação.

07. Será possível a alteração do contrato, nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.303/16, atendo-se aos critérios de conveniência e oportunidade da **CBPM**, desde que essa possibilidade esteja prevista no futuro Contrato.

08. A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

**PARTE XIII - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA –
REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

01. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo contratual de 80 (oitenta) dias.

02. A revisão dos preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria CBPM quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

PARTE XV – DAS PENALIDADES

01. O cometimento de irregularidades no procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo sujeitará o particular à aplicação das penalidades previstas, sendo levado em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a entidade sancionadora, conforme Arts. 82 e 83 da Lei Federal nº 13.303/2016.

02. Em caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

03. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

04. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.

05. Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

05.1. Na hipótese do item anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

06. Sem prejuízo para as multas previstas neste instrumento, a licitante poderá ser impedida de licitar e contratar com a CBPM pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando o cometimento da infração influenciar diretamente no resultado deste certame, ou o autor da infração formalizar o contrato resultante deste certame.

07. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.

08. As penalidades previstas neste item podem ser aplicadas aos participantes, ainda que o procedimento licitatório se encontre finalizado, e sua aplicação não ocasiona a exclusão de outras penalidades presentes nos instrumentos anexos, partes integrantes deste edital.

PARTE XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

01. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

02. É facultado à comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

03. Os casos omissos serão dirimidos pela comissão, com observância da legislação em vigor.

04. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento, prevalecerá o Foro da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARTE XVII – DOS ANEXOS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II.1 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO II.2 – MODELO DA PLANILHA DE CUSTOS

ANEXO III – MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V - MATRIZ DE RISCO

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CBPM

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Salvador, 08 de Outubro de 2021

Adelaide Silva Santos Bastos
Presidente da Comissão de Licitação – COPEL

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021

OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. 0 - OBJETO DA LICITAÇÃO:

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de impermeabilização e de regularização do piso e das caídas de águas pluviais das lajes das edificações da Sede da CBPM, com o fornecimento de material.

Os serviços serão executados na sede da CBPM, sito à Quarta Avenida do CAB, nº 460 – Centro Administrativo da Bahia – Salvador-Ba

2.0 - JUSTIFICATIVA:

A nossa fachada é composta de placas vazadas, razão pela qual permitem que as águas pluviais molhem as varandas citadas, ocasionando infiltrações, através de rachaduras no piso, podendo danificar equipamentos eletroeletrônicos, mobiliários e documentos diversos.

Considerando que a nossa laje tem o piso revestido por manta asfáltica, cuja aplicação já soma um período superior de 05 (cinco) anos de uso constante e, já apresenta desgaste provocado pelas intempéries do tempo, em pontos distintos, como: fissuras, rasgos e furos, o que vem gerando consequentes infiltrações em todas as salas abaixo desse perímetro, já provocando prejuízos diversos: no forro, na parte elétrica, nos mobiliários, equipamentos e em documentos.

Durante 20 (vinte) ou 30 (trinta) anos não se fez ou não se tem conhecimento de ter sido feito intervenções estruturais nos nossos reservatórios de água potável com capacidade de 25m³ e 35m³ com vazões de tubulações de 85mm. É aparente o estado de degradação da infraestrutura das paredes e piso do reservatório, principalmente na parte interna, podendo inclusive gerar infiltrações de maiores proporções, o que torna urgente e necessário fazer uma impermeabilização adequada.

Há também a necessidade de substituição de telhas canaletas danificadas ou quebradas, como já citado acima, o que contribui para as infiltrações do lado oposto da laje, sendo estas de difícil manutenção por conta dos seus tamanhos e pesos. Levando em consideração este ponto específico, estas substituições, com desinstalações e instalações, necessitarão, obrigatoriamente, do uso de veículo guindaste para a movimentação das mesmas, colocando-as do plano superior para o inferior e vice - versa.

A contratada deverá manter durante a realização dos serviços profissionais gabaritados com a experiência adequada em aplicação de manta asfáltica aluminizada base fogo e nos demais serviços na área da construção civil e na instalação da linha de vida. Obrigatoriamente, e, diariamente, deverá ter acompanhamento de um mestre de obra com conhecimento técnico na aplicação da manta ou engenheiro qualificado para observação e acompanhamento dos serviços. Os profissionais obrigatoriamente deverão estar fardados com a identificação da empresa executante.

É de inteira responsabilidade da contratada a inobservância das impossibilidades dos seus colaboradores, arcando com as consequências legais trabalhista, cível, criminal e de saúde.

3.0 - SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

3.1. Os serviços a serem executado pela Contratada são os descritos abaixo:

- a) Impermeabilização nas áreas determinadas pela CBPM, com manta asfáltica base fogo; regularização do piso e das caídas de águas pluviais na laje superior, retirando toda manta asfáltica existente com reaplicação de uma nova, com a mesma extensão, impermeabilização das paredes internas e externas dos reservatórios de água potável de 35 e 25 m³ respectivamente (superior e inferior)
- b) Substituição de 12 doze unidades de telhas canaletes de 08m cada com suas cumieiras; confecção de cobertura em telhas de alumínio de 5x2m e tubos galvanizados 1,5" ou 2" a critério da unidade, para proteção de águas pluviais, na abertura a ser realizada para adentrar para debaixo do tanque superior; instalação na laje superior linha de vida definitiva em cabo de aço, para segurança em altura, por profissionais legalmente habilitado e com especificações de acordo com as normas regulamentadoras, observando o modelo acostado.
- c) Regularização do piso com argamassa ACIII (Quartzolit ou similar com a mesma qualidade) com desnível para escoamento de águas pluviais e impermeabilização (impermeabilizante rebotec) nas lajes da Diretoria, ASJUR, antigo SECOV e GERAD;
- d) Regularização do piso com argamassa ACIII (Quartzolit ou similar com a mesma qualidade) com desnível para escoamento de águas pluviais na laje superior, com retirada da manta antiga aluminizada base fogo existente e a sua consequente substituição em toda extensão (vedacit, viapol e outra com qualidade idêntica ou superior);
- e) Aplicação de pingadeiras em concreto em toda extensão da corrente estrutural existente, após aplicação da manta asfáltica;
- f) Retirada e reinstalação de telhas canaletas de 08m cada;
- g) Impermeabilização interna (argamassa ACIII e rebotec) dos 02 (dois) reservatórios (inferior e superior de 25 e 35m³) e externa (manta asfáltica) apenas o superior (25m³);
- h) Locação de guindaste hidráulico com lança telescópica de até 28,80 m e reservatório de água potável em PVC de no mínimo 5 m³ ou superior.

3.2. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de segurança constantes no item 7.0 .

4.0 – PRAZO EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Estimado em 60 (sessenta dias corridos). Podendo ser prorrogado com solicitação prévia da contratada, com os argumentos necessários, podendo ser deferido ou indeferido. Portanto, necessário observar o prazo apresentado em proposta. Os serviços nas varandas deverão ser executados aos sábados e domingos, cuja indicação dos profissionais envolvidos deverão ser informados de forma prévia;

5.0 – VALOR DO CONTRATO:

A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da proponente, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações contratuais.

A ser licitado na modalidade definida pela COPEL/CBPM. No valor da proposta deverão ser contemplados:

- ✓ Todos os impostos legais (inclusive ART e alvará);
- ✓ As máquinas, equipamentos e ferramentas necessárias à execução dos serviços, em todas as suas fases, transporte dos materiais, placas sinalizadoras e limpeza final da obra, inclusive com locação de containers para descarte dos dejetos da obra (se necessário);
- ✓ O quantitativo de mão de obra, bem como os respectivos uniformes, encargos trabalhistas, seguro saúde, EPI'S adequados e necessários exigidos por normas regulamentadoras, alimentação e transporte.

6.0 – OBRIGAÇÕES DA CBPM:

- Indicar formalmente o gestor e fiscal para acompanhar o contrato, bem como, preposto para acompanhamento físico dos serviços e delegações das atividades e demais obrigações amparadas no futuro contrato;
- Apurar e aplicar as sanções administrativas quando se fizerem necessárias;
- Encaminhar para liberação e pagamento a fatura dos serviços prestados na entrega da obra, com o atesto do fiscal e ou gestor, observando as obrigações da contratada em fornecer as certidões obrigatórias legalizadas e ativas;
- A fiscalização dos serviços pelo contratante não exclui nem diminui a responsabilidade da contratada por quaisquer inobservâncias contratuais ou omissão à legislação vigente e as cláusulas contratuais e o disposto neste termo de referência. Neste caso, permanecendo a obrigatoriedade da correção sem ônus ao contratante CBPM.

7.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Manter um Técnico, devidamente qualificado, Resposável por toda a execução dos serviços.
- Cumprir o que determina a totalidade deste termo, a APS, o contrato, os documentos exigidos no edital de convocação, as orientações do gestor, fiscal, gerente administrativo e prepostos designados da CBPM, fornecimento dos materiais com a qualidade exigida.
- Cumprir as seguintes normas regulamentadoras ABNT NBR:
 - 001 – Disposições Gerais;
 - 006 – Equipamentos de EPIS;
 - 007 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional de seus colaboradores;
 - 009 – programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
 - 018 – Condições no ambiente de trabalho da construção civil;
 - 011 – Transporte, armazenagem e manuseio de materiais;
 - 033 – Espaço confinado;
 - 035 - Trabalho em altura;
 - 16325-1- / 2014 – ancoragem;
 - 9574/208 - execução de impermeabilização;
 - 9690 – impermeabilização com mantas;
 - 9952 - manta asfáltica de impermeabilização;
 - 16072 – Argamassa impermeável

8.0 – DISPOSIÇÕES GERAIS:

8.1 - Sempre que o profissional não tiver qualificação apropriada para a função e estiver em desacordo com suas atividades ou não se adequar com as normas da CBPM, o mesmo deverá ser substituído imediatamente por outro, após comunicação da CBPM ao responsável técnico designado pela contratada;

8.2 – O pagamento será processado posteriormente à conclusão dos serviços, mediante nota fiscal, certidões obrigatórias legalizadas, fotos, diários de obra, ART e alvará devidamente encadernados e de acordo com o estabelecido na licitação e ou em contrato;

8.3 – A contratada é responsável pelos atos e atitudes de seu empregado, decorrente da inobservância dos procedimentos de segurança e ou normas da CBPM, onde deverá ser interrompida a atividade ou postura que represente risco imediato a sua segurança e das pessoas envolvidas ou que possa causar danos ao meio ambiente do(s) local(ais) do serviço;

8.4 – A contratada deverá construir ou locar ambiente, provisório, para guarda dos seus equipamentos, máquinas e materiais, dentre outros, em local a ser definido pela CBPM. Obrigatoriamente deverá favorecer o seu fechamento, caso não tenha um responsável fixo no local, observando o trânsito diário de transeuntes no âmbito da CBPM e o horário noturno. Ao final do serviço, este local deverá ser desconstruído;

8.5 – A empresa deverá apresentar diariamente o diário da obra com os serviços realizados e, previamente, antes do início dos serviços, o cronograma geral da execução dos serviços. Ao final, deverá entregar o cronograma e os diários encadernados com as fotos conclusivas durante a execução;

8.6 - Instalação de linha de vida definitivo com cabo de aço, de acordo com o modelo acostado e especificações determinadas.

8.7 - Proibida a realização de trabalho ou atividades em telhados em caso de ocorrência de chuvas, ventos fortes ou superfícies escorregadias. É proibida a concentração de cargas em um mesmo ponto sobre telhado.

8.8 O equipamento para aquecimento deve ser metálico, possuir tampa com respiradouro de segurança, termômetro ou termostato, bem como possuir nome da empresa fabricante ou importadora e CNPJ em caracteres indelévels e visíveis.

8.9 A contratada é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

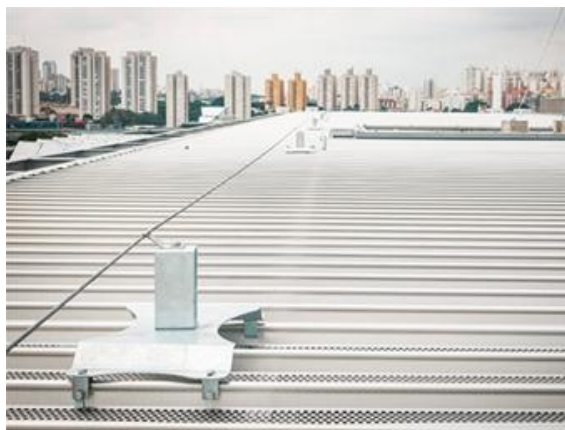
9.0 Previsto o uso de Guindaste, em que a contratada deve atender a Norma regulamentadora n.º 11- Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais. Em todo o equipamento deve ser indicado, em lugar visível, a carga máxima de trabalho permitida e o operador deverá receber treinamento específico, dado pela empresa, que o habilitará nessa função.

9.1 – As visitas de vistorias poderão ser realizadas entre os horários de 08:30 as 11:00 e das 13:30 às 16:00h e com critérios estabelecidos em edital.

9.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Demais considerações deverão ser observadas no edital de convocação, APS e nas cláusulas do futuro contrato (se necessário for) a ser assinado e desenvolvido pelo jurídico da CBPM. As contradições, orientações e o que ocorrer durante a execução dos serviços serão solucionadas pelas partes, notadamente nos setores GERAD e SEGET.

10. – MODELO - LINHA DE VIDA



Abraçadeira para Linha de Vida



Absorvedor de Energia Linha de Vida



Anilha Sapatilha para Cabo de Aço



Cabo de Aço para Linha de Vida

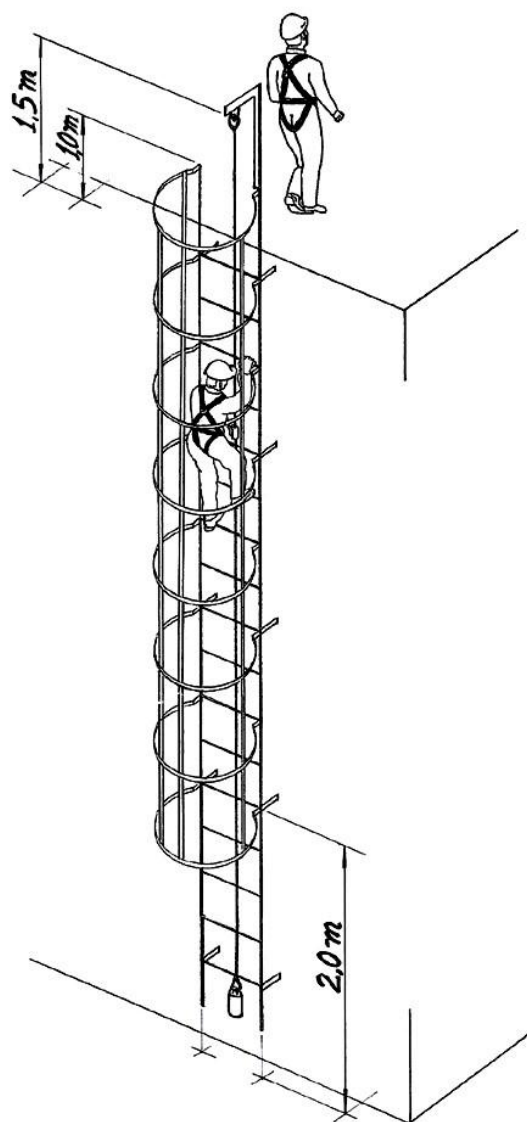
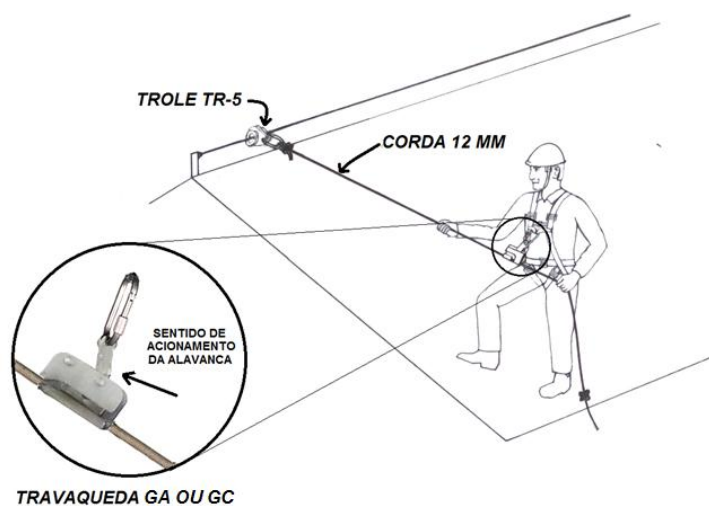


Esticador de Cabo de Aço Linha de Vida



Grampo para Cabo de Aço Linha de Vida

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM



PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE
ANEXO II.1

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A empresa _____, neste ato representada por _____ (qualificação: nacionalidade, estado civil, cargo), em atendimento ao disposto no Procedimento Licitatório nº 011/2021, após análise do referido instrumento convocatório e tendo pleno conhecimento do seu conteúdo, se propõe a cumprir o objeto da licitação, EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE, sob sua inteira responsabilidade, **conforme Planilha de Custos aqui anexada**, nas condições a seguir:

A -----(nome da empresa) declara possuir máquinas, equipamentos e pessoal técnico adequado e disponíveis para a execução do objeto da licitação acima referenciada, conforme lista anexa, sob pena de responsabilização nos termos da lei.

Razão Social: _____ CNPJ nº: _____ Insc. Estadual nº.: _____
Endereço: _____ Fone/Fax: _____ E-mail: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____
De acordo com a legislação em vigor, eu, _____, CPF/MF nº _____, declaro estar ciente da responsabilidade que assumo pelas informações constantes desta ficha de cadastro. __, __ de _____ de ____.

Salvador ____ de _____ de 2021.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE
ANEXO II.2

MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS

ITENS	SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS	UNID	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
1	ADMINISTRAÇÃO		INDICAR		
	ENGENHEIRO CIVIL		INDICAR		
	ENCARREGADO				
	ART				
	LAJES DAS VARANDAS				
2	DIRETORIA				
	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M2	21,6		
	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo preferencialmente rebotec ou outro superior que tenha a mesma eficiência e manta asfáltica - INDICAR	m2	21,6		
	ARGAMASSA TRAÇO 1:5 PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL	m3	1,08		
	BLOCO ESTRUTURAL 14X19X39 PARA ELEVAÇÃO condensadoras ar condicionado	UNID	18		
	Regularização e ou instalações de novas saídas de águas pluviais	VB			
3	SECON				
	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M2	13,5		
	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo preferencialmente rebotec ou outro superior que tenha a mesma eficiência e manta asfáltica - INDICAR	m2	13,5		
	ARGAMASSA TRAÇO 1:5 PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL	m3	0,68		
	BLOCO ESTRUTURAL 14X19X39 PARA ELEVAÇÃO condensadoras ar condicionado	UNID	15		
	Regularização e ou instalações de novas saídas de águas pluviais	VB			
4	GERAD				
	LIMPEZA DE SUPERFÍCIE COM JATO DE ALTA PRESSÃO	M2	13,5		
	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo preferencialmente rebotec ou outro superior que tenha a mesma eficiência e manta asfáltica - INDICAR	m2	13,5		
	ARGAMASSA TRAÇO 1:5 PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUAL	m3	0,68		
	BLOCO ESTRUTURAL 14X19X39 PARA ELEVAÇÃO condensadoras ar condicionado	UNID	15		
	Regularização e ou instalações de novas saídas de águas pluviais				
5	COBERTURA				
	RETIRADA DE TODA MANTA ASFÁLTICA EXISTENTE	M2	432,56		
	ARGAMASSA TRAÇO 1:5 PARA CONTRAPISO, PREPARO MANUA regularização do piso, inclusive nivelando as saídas de água pluviais corretamente com a abertura de novas, se necessário.	M2	432,56		
	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo preferencialmente rebotec ou outro superior que tenha a mesma eficiência, comprovada no mercado	M2	432,56		

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

CONTINUA.....

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
CONTINUAÇÃO

	REAPLICAÇÃO DE TODA MANTA ASFÁLTICA RETIRADA. Manta asfáltica a fogo, de qualidade superior, que tenha eficiência comprovada no mercado.	M2	432,56
	Após aplicação da manta asfáltica à fogo, instalar com argamassa AC3 pingadeira pré-moldada em toda extensão da corrente central e laterais da laje.	M	105
	TELHA CANALETE 0,90X8,0M - fornecimento e instalação	UNID	12
	CUMIEIRA 9% - FORNECIMENTO	UNID	12
	RETIRADA DE TELHA CANALETE DANIFICADAS	UNID	12
	GUINDASTE HIDRÁULICO AUTROPELIDO COM LANÇA TELESCÓPICA de até 28,80M	DIÁRIA	1
	RETIRADA DE ENTULHO - CONTEINER	M3	10
	ABERTURA EM TELHAS CANALETES DE VÃO 1,20X1,20CM para acesso rápido em baixo do reservatório de água potável existente	M2	1,44
	COBERTURA a ser construída com tubos galvanizados, mínimo de 1,5" e telhas de alumínio, no tamanho de 5x2m para proteção de chuva do vão a ser aberto citado item anterior.	M2	10
6	RESERVATÓRIO (LAJE, LATERIAIS EXTERNO E INTERNO)		
externo	Impermeabilização flexível, base acrílica, tipo preferencialmente rebotec ou outro superior que tenha a mesma eficiência e manta asfáltica a fogo - INDICAR marca.	M2	78,09
interno	IMPERMEABILIZACAO E REVESTIMENTO, do reservatório de agua potável, com abertura de novo acesso na laje, o serviço deve contemplar todo material necessário e mão de obra qualificada dentro das normas NR 33 e 35 incluindo, recuperação estrutural do concreto, regularização de piso e paredes(REBOTEC) e argamassa ACIII, limpeza e remoção de todo material resultante.	M3	25
	Locação de reservatório de água potável em PVC aprox. de 5m3 ou superior, para alimentação de rede dos banheiros da CBPM, enquanto perdurar a impermeabilização interna do reservatório , que deverá ser rápida e de acordo com as normas técnicas da construção civil, incluindo as instalações e desinstalações.	VB	1
7	Linha de vida – fornecimento e instalação conforme Termo de referência e modelo disponibilizado no Edital	VB	1

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

ANEXO III

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Salvador ____ de _____ de 2021.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM, E, DE OUTRO LADO, A _____, PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE.....

A **COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL**, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia, com sede nesta capital à 4ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 460, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.554.910/0001-68, neste ato representada, na forma do seu estatuto social, pelos seus diretores Antonio Carlos Tramm e Rafael Avena Neto a seguir designada por sua sigla **CBPM**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Cidade do Salvador_____, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade nº _____, emitida por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, adjudicatária do Procedimento Licitatório nº 011/2021, processo administrativo SEI nº 036.5413.2021.0000.438-85 doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 13.303/2016 e Decretos Estaduais nºs 18.470 e 18.471 de 2018, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a execução de serviços **de IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE**.

§ 1º A **CONTRATADA** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, no percentual de até 25% no valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

§2ºA **CONTRATADA**, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar parte dos serviços, até o limite admitido pela CBPM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data de assinatura será de **80 (oitenta) dias** admitindo-se a sua prorrogação.

- §1** A prorrogação do prazo de vigência estará condicionada a análise anual de maneira a evidenciar se os preços e condições ainda permanecem vantajosos para a Administração.
- §2** A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, antes do termo final do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

A **CBPM** pagará a **CONTRATADA**, pela execução do objeto deste Contrato o valor determinado na Proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA** na Proposta, estando já incluídos no mencionado preço, todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza.

§ 6º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da **CONTRATADA**, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela **CONTRATADA** das obrigações.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

Serviço por empreitada por preço global

CLAUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas para o pagamento deste contrato serão custeadas através dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada.

Unidade Gestora: 15.900; **Fonte:** xxxxxxxxxxxx; **Projeto Atividade:** xxxxxxxxxxxx; **Produto:** xxxxxxxx; **Função:** xxxxx; **Elemento de Despesas:** xxxxx e xxxxx; **Região:** xxxxx; **Sub-Função:** xxxxx; **Programa** xxx e xxx.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas no Termo de Referência do instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- I. designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência
- II. manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- III. zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela **CBPM**, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

- IV. atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a **CBPM**;
- V. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à **CBPM** e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência da **CBPM** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência
- VI. manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive de apresentar, ao setor de liberação de faturas e como condição de pagamento, os documentos necessários;
- VII. efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato;
- VIII. adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;
- IX. Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação
- X. Observar a legislação federal, estadual e municipal relativa ao objeto do contrato;
- XI. Executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato.
- XII. Fornecer os equipamentos de uso pessoal para seus funcionários.
- XIII. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CBPM

A **CBPM**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- II. realizar o pagamento pela execução do objeto contratual;
- II. proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos, no prazo legal.

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá a CBPM proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da total responsabilidade pela execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

- §2º** Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá a CBPM proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento.
- §5º** Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.
- §6º** Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.
- §7º** A CBPM rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento em desacordo com as condições pactuadas.
- §8º** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- § 9º** Fica designado o empregado público Sr. XXXXXXXXX para a fiscalização do contrato.

CLÁUSULA NONA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, após concluído o recebimento definitivo.

- §1º** A(s) nota(s) fisca(is)/fatura(s) somente deverá(ão) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela **CONTRATADA** de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.
- §2º** Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.
- §3º** A **CBPM** descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.
- §4º** Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, de circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CBPM**.
- §5º** As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§6º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela **CBPM**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA-MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis durante toda a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

A prorrogação, suspensão ou rescisão sujeitar-se-ão às mesmas formalidades exigidas para a validade deste contrato.

§1º Independem de termo contratual aditivo, podendo ser registrado por simples apostila:

- I. a simples alteração na indicação dos recursos orçamentários ou adicionais custeadores da despesa, sem modificação dos respectivos valores;
- II. reajustamento de preços previsto no edital e neste contrato, bem como as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento dos mesmos constantes;
- III. o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido.

§3º Somente será admitida a substituição de algum membro da equipe técnica, no curso da execução do contrato, por outro profissional de experiência equivalente ou superior, devidamente comprovada, e desde que previamente aprovada pela **CBPM**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas no Art. 83 da Lei Federal nº 13.303/2016

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CBPM.

§2º Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA

A prestação de garantia recairá sobre uma das modalidades previstas no § 1º do art. 70 da Lei Federal nº 13.303/2016.

§1º A garantia a que se refere o item anterior será de 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato, devendo ser atualizada nas mesmas condições estabelecidas no Contrato;

§2º A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato;

§3º A garantia, em qualquer das modalidades, responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais;

§4º A **CONTRATADA** fica obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada e a atualizá-la todas as vezes em que houver alteração do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – PENALIDADES

Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas no art. 84 da Lei Federal nº 13.303/2016, sujeitando-se os infratores às cominações legais, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

§1º Para a aplicação das penalidades serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

§2º Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a CBPM os que incorram nos ilícitos previstos no Art. 84 da Lei Federal nº 13.303/2016.

§3º A CONTRATADA será descredenciada do Sistema de Registro Cadastral quando, em razão da ocorrência das faltas previstas na Lei Federal nº 13.303/2016, deixar de satisfazer as exigências relativas à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, exigidas para cadastramento.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – SANÇÕES

A pena de multa será aplicada em função de inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas nos Arts. 82, 83 e 84 da Lei Federal nº 13.303/2016.

§1º Quanto à obrigação principal, será observado o que se segue:

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- II. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.
- III. O atraso no cumprimento da obrigação principal ensejará a aplicação de multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§2º Quanto à obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, será observado o que se segue:

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

- I. Em caso de descumprimento total da obrigação acessória, será aplicada multa no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
 - II Caso o cumprimento da obrigação acessória, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
 - II O atraso no cumprimento da obrigação acessória ensejará a aplicação de multa
 - I. no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor ou custo da obrigação descumprida.
- §3º** Se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.
- §4º** Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.
- §5º** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- §6º** A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.
- §7º** Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.
- §8º** Caso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

CLÁUSULA DÉCIMA- QUINTA — VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA DÉCIMA- SEXTA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

Salvador, ____ de _____ de 20__.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha (nome/CPF)

Testemunha (nome/CPF)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

A N E X O V

M A T R I Z D E R I S C O S

DESCRIÇÃO DO RISCO	NÍVEL DE RISCO	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS	Alocação do Risco
Identificação de serviço/escopo adicional em razão de caso fortuito ou força maior	M	Limitação na prestação do serviço	Aditivo ao Contrato	C B P M
Pessoal Técnico Não qualificado	Alto	Impossibilidade de execução dos serviços ou execução com baixa qualidade	Rescisão contratual e abertura de processo contra a Contratada	CONTRATADA
Atraso na emissão da Autorização da Prestação dos Serviços	Médio	Retardamento do início dos serviços	Diligência da CBPM	C B P M
Problemas de ordem técnica nos equipamentos	Alto	Impossibilidade de execução dos serviços	Diligência / advertência	CONTRATADA
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário)	Alto	Autuação por fiscalização de órgãos públicos	Ressarcimento pela Contratada ou retenção de pagamento e compensação com valores devido à Contratada	CONTRATADA
Falência da contratada durante a vigência do contrato	ALTO	Interrupção do serviço	Rescisão contratual e abertura de processo contra a Contratada	CONTRATADA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO SE ENQUADRA EM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS
CONSTANTES NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA CBPM**

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____,
DECLARA, ter conhecimento da vedação constante no art. 5º e 6º do Regulamento Interno de
Licitações da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, abaixo transcrito, e que não se
enquadra em nenhuma de suas hipóteses.
Por ser expressão da verdade.
Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela empresa pública ou sociedade
de economia mista a empresa:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da empresa pública ou sociedade de economia mista contratante;
- b) suspensa pela empresa pública ou sociedade de economia mista;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública ou sociedade de economia mista, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- i) que tenha o próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- j) que tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista; empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação; autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada;
- k) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 6 (seis) meses.

, _____ de _____ de 20____.

(representante legal)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 011/2021
EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJE

ANEXO VII

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

À COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL – CBPM

Declaramos sob as penas da lei, de que cumprimos os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda que tenho ciência da redação prevista no art. 3º, parágrafo nono da Lei Complementar 123/2006, que determina a exclusão do tratamento diferenciado da Empresa de Pequeno Porte, no mês subsequente à ocorrência de excesso que ultrapasse em 20% o limite estabelecido no art. 3º, inciso II do referido diploma legal.

(Esta declaração deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo devidamente arquivado na Junta Comercial, ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou documento expedido pela Receita Federal, no qual conste que a licitante é microempresa ou empresa de pequeno porte)

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do representante legal da Empresa .